

ACOLHIMENTO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NAS UNIDADES DE SAÚDE

INTRODUÇÃO - A violência contra mulher é um problema de saúde pública, e o serviço de saúde é um dos locais procurados por mulheres nessa situação. A Organização das Nações Unidas define violência contra mulher como todo ato ou conduta de violência baseada no gênero que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais, psicológicos ou sofrimento da mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada. Dados mostram que no Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica; 70% dos casos acontecem no âmbito doméstico e o agressor é o próprio marido ou companheiro; apenas 10% das agressões são denunciadas. A alta incidência e prevalência da violência doméstica trazem impactos na organização dos serviços públicos e saúde, bem como no atendimento por eles prestado. Pesquisas apontam que uma em cada três usuárias dos serviços de saúde já viveu um episódio de violência doméstica na vida, no entanto há grande dificuldade na abordagem do problema e os profissionais de saúde em geral estão despreparados para o atendimento adequado, limitando suas práticas na abordagem clínica. O problema da pesquisa assentou-se a partir de experiência prática, observações feitas no cotidiano profissional de uma residente enfermeira em Unidades de Saúde da Família na Bahia. Após apresentação da temática a experiência vivenciada foi sistematizada e relacionada com a discussão teórica. **OBJETIVO** - Este trabalho busca analisar como a questão da violência contra mulher, vivenciada na prática dos profissionais de saúde, está sendo discutida na produção científica na área de saúde pública nos últimos quatro anos. **MÉTODO** - Trata-se de estudo exploratório e bibliográfico, foram recuperadas informações apresentadas em trabalhos publicados no Brasil sobre o tema nos últimos quatro anos (2005-2009), através das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de dados de Enfermagem (BDENF). Utilizou-se a palavra-chave “violência contra mulher e serviços de saúde”. Foram encontradas 47 produções bibliográficas no idioma português e após leitura de todos os resumos, foram selecionados 17 artigos que foram lidos na íntegra no momento da análise, pois atenderam aos critérios escolhidos para desenvolver este estudo. **RESULTADOS** - Comparando as 47 produções bibliográficas encontradas ao total de publicações nas bases de dados, depreende-se que representa pouca incidência e publicização da questão. Resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos em quatro categorias de análise: 1- Papel dos serviços de saúde diante da violência contra mulher. Os serviços de saúde devem promover ações que facilitem a identificação do problema e seu enfrentamento, bem como desenvolver atividades educativas e acolhimento dos casos, evitando ocorrência de incidentes mais graves. Desvelar a violência no interior dos serviços de saúde é fundamental para que a situação possa ser compreendida em seu todo médico e social e práticas assistenciais adequadas e intersetoriais, com a qualidade de um cuidado integral, possam ser oferecidas. 2- Enfrentamento da violência contra mulher pelos profissionais de saúde. É necessário discutir a questão na cotidianidade dos serviços de saúde, definir prioridades para capacitar os profissionais e estabelecer parcerias com outros serviços. Profissionais de saúde estão em posição estratégica para o diagnóstico e a atuação no problema da violência contra a mulher, sendo que a inter-relação do profissional com a vítima pode ter influência positiva se houver uma assistência humanizada ou negativa se a relação for discriminatória, estigmatizadora e preconceituosa. A falta de capacitação é destacada pelos profissionais como uma barreira para o atendimento dessas mulheres, uma vez que muitos deles reforçam a necessidade de um treinamento voltado especificamente para tais casos. 3- Assistência multiprofissional e trabalho intersetorial na atenção à mulher violentada. Considerando a complexidade da situação, a assistência multiprofissional e abordagem intersetorial são

fundamentais para o cuidado integral e a redução dos agravos físicos, psíquicos e sociais que podem advir da violência. Algumas Equipes de Saúde da Família contam hoje com apoio de psicólogos e assistentes sociais, favorecendo um atendimento diferenciado e interdisciplinar. Uma verdadeira política de combate à violência doméstica exige um trabalho em rede, englobando a colaboração intersetorial: polícia, judiciário, ministério público, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psicológica, da educação, do serviço social, além de abrigos bem gerenciados. Experiências no estado de São Paulo revelam que o atendimento multiprofissional qualificado se dá através de alguns princípios da relação entre profissional e mulher vítima de violência: tempo disponibilizado para atividade, saber fazer escuta e questões, vínculo, privacidade, sigilo, confiança, sinceridade e respeito.

4- A relação entre violência contra mulher e políticas públicas de saúde. O movimento feminista encaminhou a luta por uma assistência integral à saúde, resultando no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, entretanto as ações priorizadas na prática se restringiram à saúde reprodutiva. A capacitação dos profissionais para identificarem a presença de mulheres em situação de violência nos serviços de saúde no Brasil se inicia no final da década de 90 e se intensifica após 2003, com a lei que institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher nos serviços de saúde. Em 2004, a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher busca priorizar a organização de redes integradas de atenção às mulheres em situações de violência, assim como promover ações preventivas em relação à violência doméstica. Nos últimos anos, foram criados serviços como: delegacias de defesa da mulher, casas de abrigo, centros de referência multiprofissional, serviços de saúde e Defensorias Públicas da Mulher. Em 2006, foi sancionada no Brasil a Lei Maria da Penha, que representou um importante avanço para as vítimas de agressão e houve ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher no país. A partir de 2007 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coordena ações que reforçam articulação de diferentes áreas governamentais, no sentido de incorporar as dimensões de combate e prevenção da violência, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência.

CONCLUSÃO – A invisibilidade da questão da violência contra mulher nos serviços de saúde reflete na pouca produção acadêmica sobre o assunto, apesar da violência contra mulher ser uma condição muito presente no cotidiano do profissional de saúde. As produções recentes sobre o assunto apontam que, de maneira geral, a violência de gênero é um problema abordado com dificuldade pelos profissionais de saúde, seja porque não reconhecem este fenômeno como de sua responsabilidade, ou ainda devido a uma série de barreiras pessoais e institucionais que impedem uma adequada atuação. Apesar da existência em algumas localidades de setores públicos que ofereçam apoio e promovam o combate à violência doméstica, é notória a necessidade de qualificação dos serviços de atendimento, que implica equipe multidisciplinar e profissionais especializados e treinados, acolhimento, escuta qualificada e tecnologia adequada. Além disso, para enfrentar a questão da violência contra mulher é fundamental estabelecer uma articulação intersetorial. O presente estudo insere-se no movimento que visa a melhoria das práticas assistenciais em saúde, para sua maior efetividade e garantia dos direitos das mulheres.